Nº 21/2026

REQUERIMENTO

Senhora Presidente, Apresento a V. Ex.ª, nos termos do art. 100 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, o presente Requerimento e Indicação, aos Digníssimos Secretário Municipal de Saúde, Senhor Tiago Nossa Friosi e Secretária de Gestão e Governo, Sra. Roseli Codognato e ao Prefeito Municipal, Sr. Roberson Moreira, Requerendo o **informações quanto a implementação da redução de carga horária de pessoas do espectro autista servidores municipais da Prefeitura**.

JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente,

O presente requerimento visa assegurar o cumprimento de direitos fundamentais e garantias constitucionais inerentes às pessoas com deficiência, especificamente aquelas inseridas no Transtorno do Espectro Autista (TEA) que integram o quadro funcional do serviço público municipal.

A **redução da jornada de trabalho para servidores públicos** com transtorno do espectro autista, incluindo os autistas, encontra previsão no ordenamento jurídico pátrio, com base nos **princípios da isonomia, dignidade da pessoa humana e valorização do trabalho**, bem como nos dispositivos que garantem **condições diferenciadas de trabalho quando necessárias à efetiva inclusão e à manutenção da saúde do servidor**.
Embora haja previsão legal específica no âmbito do regime jurídico dos servidores públicos federais, o **Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que referido direito pode ser estendido aos servidores estaduais e municipais** (TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL n. 1097), em **razão da simetria das normas constitucionais** e da necessidade de **concretização do direito fundamental à igualdade material**.
Além disso, a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista** estabelece **diretrizes para a inclusão** e o atendimento prioritário a essas pessoas, abrangendo a **adaptação razoável no ambiente de trabalho** como medida essencial à efetiva participação e

permanência no serviço público.
Destaca-se, por fim, que a medida de **redução da carga horária, sem prejuízo da remuneração**, configura importante instrumento de **acessibilidade laboral**, especialmente considerando que muitas pessoas com **TEA enfrentam desafios sensoriais, comunicacionais e organizacionais** que podem ser mitigados com uma jornada mais adequada às suas necessidades, sem prejuízo da prestação do serviço público.
Diante do exposto, requer-se o acolhimento da proposição para requerer que as informações solicitadas sejam prestadas no prazo regimental, contribuindo para a efetivação dos direitos dos servidores públicos municipais com Transtorno do Espectro Autista.

Plenário Milton Gomes Santana, 14 de Abril de 2026

Jaqueline Arimura
Vereador(a) - PT